

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A coisa já chegou preta!: negros no jornal O Popular – 1985-1995

Allysson Fernandes Garcia*

Resumo: O poder de nominar e normat(l)izar cabe a quem pode fazer circular idéias, conceitos, símbolos. Pensamos a produção mídiática como espaço de domínio, poder, percebemos a situação de privilégio do jornal em relação aos leitores, levando em conta que a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Assim, na análise da escrita e imagem do jornal goiano O popular - afiliado as Organizações Globo, procuraremos perceber os lugares dos negros e das relações raciais no âmbito do embate político existente durante o processo de redemocratização do país nos anos 1980 às comemorações em torno dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares em 1995.

Palavras Chave: História – Mídia - Racismo

Abstract: The power to nominate fits to who can make to circulate ideas, concepts, symbols. We think the mídiática production as space of domain, power, we perceive the situation of privilege of the periodical in relation to the readers, leading in account that the reading always is determined by the busy place for a reader in the society, in data historical moment. Thus, in it analyzes of the writing and image of the goiano periodical O Popular one - affiliated to the Organizações Globo, we will look for to perceive the places of the blacks and of the racial relations in the scope of the shock existing politician during the process of redemocratization of the country in years 1980 to the commemorations around the 300 years of the death of Zumbi of the Palmares in 1995.

Keywords: History - Media - Racism

A imprensa, especificamente, e a mídia, em geral, desempenham um papel importante na comunicação entre os homens, como meio de informação e mesmo de entretenimento. Sua importância e as conseqüências sócio-culturais para o mundo moderno ocidental, já há algum tempo, têm se tornado freqüente nos trabalhos científicos.

Segundo Maria Helena Capelato – ao discutir a imprensa como objeto da história – a historiografia mais recente redefiniu o significado do documento para a história, tendo amenizado e até mesmo excluído as “suspeitas” contra a imprensa enquanto objeto de estudo da história (1988, p. 20).

Essa mudança de postura seria fruto de um esforço dos historiadores contemporâneos que, ao repensarem “problemas, abordagens e objetos da história” (Idem, p. 20), questionaram as concepções tradicionais. Estabeleceu-se assim uma nova concepção da

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista Capes.

história que redimensiona até mesmo a idéia de passado. Sendo ele agora admitido como construção e reconstrução a partir das necessidades e perspectivas do presente. A imprensa passaria, no entanto, a estar habilitada a ser documento, inserida tanto como abordagem, quanto como objeto da história. A esse respeito nos diz, portanto, Capelato:

É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, aos historiadores fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. (Idem, p. 20)

Aqui será necessário pensar na escrita como domínio, poder. Devemos relativizar a situação de privilégio do jornal em relação aos leitores, levando em conta que a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Assim, na análise da escrita e iconografia do jornal, procuraremos perceber os lugares dos sujeitos dentro do embate político existente no período em que ele foi publicado.

Duas charges publicada n’*O popular*¹, nos jornais de sábado e domingo, entre os anos de 1983 e 1984 – edição única na época – e no jornal de terça feira nos chamam a atenção. Tais imagens traziam um sistema de conotação que confirmariam o seu caráter simbólico – segundo Barthes este sistema seria aquele que adota os signos de outro sistema, para deles fazer seus significantes. No entanto, os conotadores na imagem são “*traços descontínuos*”, ou melhor, “*erráticos*”, assim, “nem todos elementos da lexia podem ser transformados em conotadores, resta sempre no discurso uma certa denotação, sem a qual o discurso simplesmente não seria possível” (1990, pp. 27-43).

No caso dessas duas charges, o determinante sintagmático seriam as projeções para o novo ano que chegava, no caso o ano de 1984. Em geral, espera-se um ano novo melhor do que o que passou. Como já dizia a canção performática “popular”: *Feliz ano novo, adeus ano velho; Que tudo se realize no ano que vai nascer; Muito dinheiro no bolso; Saúde pra dar e vender.*

Porém, as estatísticas e ações do governo militar do General João Batista Figueiredo, sobretudo relacionadas à economia, demonstravam que o dinheiro seria escasso. Baseados ainda na doutrina do milagre econômico em que o crescimento econômico era uma meta a ser atingida a qualquer custo, a política econômica de Delfim Neto baseava-se em alternativas de endividamento externo. Em 1981, a dívida externa chegava a “US\$ 61,4

¹ Jornal das Organizações Jaime Câmara, afiliada do Sistema Globo de Comunicações em Goiás.

bilhões” com um serviço de mais da metade do valor das exportações, em torno de “US\$ 7 bilhões” e atingindo uma inflação de “110%” ao ano. Para combater essas taxas, a indexação e desvalorização da moeda eram utilizadas (SKIDMORE, 1988, p. 48).

Com a finalidade de manter o crescimento, novo empréstimo com o Fundo Monetário Internacional é acertado, e em janeiro de 1983 é assinada uma “carta de intenções” na qual o governo brasileiro “se comprometia a cumprir metas especificadas de política fiscal e monetária, assim como de política cambial e tarifária”. Que se tornavam a prática a velha “fórmula ortodoxa” de “reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais freqüentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais” A crise aprofundava gerando falências de empresas, o aumento do desemprego e o crescimento da dívida externa. Em 1983, a inflação ultrapassou os 200% ao ano, criando uma conjuntura econômica bastante grave (Idem, ibidem, pp. 459-460; SEVCENKO, op. cit., pp. 52-55).

Dentro desse processo de crise econômica, o chargista do jornal buscou expressar a mudança do ano, através da simbologia da doença, no caso da charge de 31 de dezembro e 01 de janeiro:

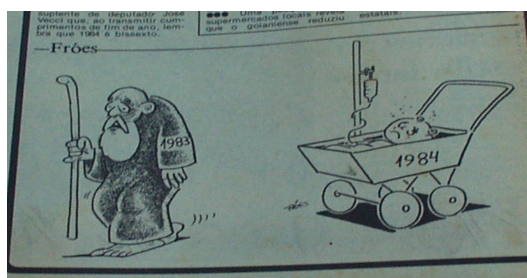


Imagem 1 - Charge Fróes

Jornal *O popular*, Goiânia, 31 de dezembro de 1983 e 01 de janeiro de 1984, p. 2.

Na primeira imagem, o ano de 1984 é conotado como uma criança branca doente, enquanto 1983, o ano “velho”, na forma de um ancião sai de cena. Enquanto doente, aquele ano poderia se curar. A doença, um fardo, mas que pode ser extirpado, principalmente porque crianças brancas são mais atendidas pela rede de saúde pública e privada.

Os censos demográficos de 1960/1980 do Brasil revelam que, em 1960, para cada mil crianças brancas nascidas, 105 morriam antes de completar um ano de idade, enquanto de cada mil crianças negras nascidas, 148 morriam antes de completar um ano. Isso significava que, em 1960, para mil crianças, as mães negras perderam 43 crianças a mais que as mães brancas (Cadernos Geledés, s.d. Apud ALBERTO, 1998, p. 66)

Esta realidade pouco mudou:

Segundo a PNAD/IBGE de 1996, a taxa de mortalidade infantil das crianças negras era, em meados dos anos 1990, 71% maior que entre as crianças brancas, e a taxa

de mortalidade de crianças menores de 5 anos de crianças negras era 67% maior que a mesma taxa entre crianças brancas. (PAIXÃO, 2003, pp. 78-79)

Já na charge do dia 03 de janeiro, o ano novo ruim é conotado por uma criança negra. O indivíduo que se depara com a imagem da criança negra, espantado, expressa uma mensagem lingüística: *A coisa já chegou preta!*



Imagem 2 - Charge Fróes

Jornal *O popular*, Goiânia, Terça, 3 de janeiro de 1984, p.2.

Retomando mais uma vez Barthes, poderíamos dizer que “toda imagem é polissêmica e pressupõe, subjacente a seus significantes, uma ‘cadeia flutuante’ de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros”, daí a mensagem lingüística se tornar uma técnica destinada a *fixar* um sentido escolhido *a priori*, sendo ela uma fixação moral e ideológica, expressão de uma sociedade. A mensagem poderia ainda ter uma função de *relais*, onde “a palavra e a imagem têm uma relação de complementaridade; as palavras são, então, fragmentos de um sintagma mais geral, assim como as imagens, e a unidade da mensagem é feita em um nível superior: o da história, o da anedota, o da diegese.” Esta função traria uma mensagem menos “trabalhosa” (1990, p. 32-33).

A outra criança, da charge do dia 03 de janeiro, traria consigo o “fardo” da *cor*. No Brasil, quanto mais escura for a pele, ou mais crespo o cabelo, certamente mais fora da participação social, menos em pé de igualdade com aqueles de pele mais clara. Apesar dos dados quantitativos, vários intelectuais ou correntes acadêmicas teimam em estabelecer simplesmente uma discriminação social.

Abrindo a possibilidade de interpretar estas imagens no âmbito da modernidade/colonialidade, a fixação do significado conotado na charge do dia 03 de janeiro apresenta-nos, pois, a “sobredeterminação do exterior”, a partir da “aparência”, o outro, o branco, sujeito, representante legítimo e natural da civilização moderna ocidental, aprisionou os negros em um “círculo infernal” de rejeição baseado no “preconceito de cor”.

A noção de “colonialidade do poder” é acionada para pensar essa fixação de estereótipos negativos para com as populações de cor no mundo moderno. Identificada com o

capitalismo e sua consolidação na Europa nos séculos 15 a 18, para Aníbal Quijano, esta noção implica e se constitui por meio da “classificação e reclassificação da população do planeta”, da construção de uma “estrutura funcional institucional para articular e administrar tais classificações” (escolas, igrejas, etc.). Contudo, para tal, foi necessária a “definição de espaços adequados a esses objetivos”, e principalmente uma perspectiva epistemológica para articular o sentido e o perfil da nova matriz do poder e a partir da qual canalizar a nova produção do conhecimento” (Apud, MIGNOLO, 2003, pp. 40-42).

O mais importante é perceber como a construção da alteridade, dentro do discurso do colonialismo, dependeu do conceito de “fixidez”, enquanto signo da “diferença cultural/histórica/racial”, que estabelece uma “representação paradoxal”, uma vez que “conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca”. O estereótipo emerge no discurso colonial como sua “principal estratégia discursiva”, sendo inclusive e, portanto, uma forma de “conhecimento e identificação” (BHABHA, 1998 p. 105)

Senso assim,

(o) discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. (...) em que o espaço “ideológico” funciona de maneiras mais abertamente coniventes com exigências políticas e econômicas (Idem, ibidem, pp. 127-128).

Pois,

(...) O colonialismo de fato nunca foi extinto, só passou de mãos estrangeiras para o domínio local, continuando a servir aos mesmos propósitos de exploração econômica e expropriação predatória de recursos naturais. (SEVCENKO, Op. cit., p. 51)

A exploração econômica se deu basicamente a partir da inferiorização do outro, o processo de racialização da diferença concretizado durante o século XIX perdurou, mesmo com a negação de raça como categoria sociológica para se estudar a história do Brasil, no processo de relações entre europeus, índios e africanos. Os atributos negativos incorporados às pessoas de pele escura, e aí a toda suas manifestações, demonstram, como na charge, como o corpo negro “veicula um tipo de código moral e estético determinado, sobretudo, por seus traços externos” (FONSECA, 2000, p. 90), nascido dentro dos processos de colonização e expansão do capital e prevalecem nas sociedades pós-coloniais.

(...) Mesmo no Brasil atual, as desigualdades sociais que poderiam ser explicadas por um ponto de vista econômico são justificadas como características de uma inferioridade racial. A visão de que os negros têm condições de vida piores porque carregam o peso da escravidão é voz corrente, e esse dado histórico transforma-se em estigma, em marca indelével que transforma cor em maldição. Negro e negra

delineiam-se por traços diferenciadores construídos por um discurso legitimado como verdadeiro (Idem, *ibidem*, p. 102).

A legitimação da diferença produzida pelo grupo hegemônico se dá por meio não só da mídia escrita, mas nas novelas², nos romances e pela produção de conhecimento, que nega a existência de racismo no Brasil, ou, mesmo quando afirma sua existência, procura explicar as desigualdades raciais pela diferença de classe, como um problema social e econômico. A perspectiva de uma sociedade mestiça e essencialmente brasileira, onde não caberiam polarizações entre brancos e negros, é acionada para amenizar possíveis contestações da democracia racial.

Uma publicidade do Departamento Estadual de Trânsito, no jornal *O Popular* de 01 de janeiro de 1986, trazia em destaque a seguinte frase: “O negro mais amado de Goiás”. A propaganda publicisava sobre a pavimentação asfáltica que o governo do estado havia realizado em 1985. Por outro lado, publicisava o “negro” que era amado aqui. Não o ser humano de pele mais escura, mas sim o asfalto, símbolo de modernidade urbanística, de bem estar e progresso. Porém, os atributos de progresso não se identificam com o negro dentro do discurso racista. O lugar do negro é baseado na construção do mundo social e da nação, que lhe impõe um lugar desprestigiado, e os clichês visuais servem para julgar, qualificar e posteriormente nomear, tornando-se clichês verbais de negativização.



Imagem 3 - O negro mais amado de Goiás
Jornal *O popular*, Goiânia, 01 de janeiro de 1986, p.8.

Outra propaganda é altamente significativa neste sentido, relacionando três questões, uma baseada ao dia das mães, outra ao dia da abolição, e outra vinculada à questão dos meninos de rua. O grupo empresarial reforça o estigma do negro, bem como alimenta a

² Cf. ARAÚJO, 2000. Um estudo ímpar que demonstra a insistência no ideal de branqueamento, e no desejo de “euro-norte-americanização” da indústria cultural brasileira, reforçando uma identidade racial negativa, através imagem depreciativa do negro.

imagem negativa do negro, uma criança que nem mãe possui, tranquilos podem ficar os leitores do jornal, maioria branca, de classe média e alta, uma vez que suas famílias não sofreriam do mal que ronda as famílias negras:



Imagem 4 - Tem filho que ainda nem achou mãe.
Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, p. 11.

O efeito produzido por essa via de mão única no seio da população negra é traumático. Primeiro porque a violência racial exerce duas maneiras distintas de coerção. Uma física e irrefutável, outra simbólica e questionável. No plano da estética esta coerção simbólica produz uma crise esquizofrênica na mente negra, que anula qualquer resquício de auto-imagem positiva que nela possa haver (OLIVEIRA, 1999, p. 30).

Segundo Ana Valente e Neusa Gusmão, o problema de todo grupo discriminado seria a modificação de sua auto-imagem (1988, p. 139). Daí a importância de uma reconstrução histórica que valorize o grupo negro no Brasil, a reescrita da história do Brasil a partir da valorização das culturas negras. Desde as lutas da Frente Negra Brasileira, passando pelo Teatro Experimental do Negro, e pela produção quase anônima de autores negros como Guerreiro Ramos e Maria Beatriz do Nascimento, à construção do Movimento Negro Unificado Contra o Racismo, em 1978. Esta foi uma proposta seminal, como forma de desestruturar a discriminação racial.

Tardiamente mas ainda a contento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi modificada, com a Lei Nº. 10.639, de janeiro de 2003. Esta lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e incorporou ao Estado brasileiro uma reivindicação dos movimentos negros, conquistada por suas ações constantes e irredutíveis desde sua fundação.

Por exemplo, no Programa de Ação do MNU, aprovado no seu IX Congresso Nacional em março de 1990, salientava-se uma educação voltada aos “interesses do povo negro e de todos os oprimidos”. A finalidade dessa educação estava em demonstrar que o

negro era e é “Gente na História”, a fim de que se pudesse percebê-lo como “Agente da História”. Estabelecia assim a necessidade de

- Desenvolver projetos autônomos de alfabetização, tendo como base a questão racial. – Mobilizar o povo negro para, junto com o MNU, criar escolas alternativas onde o ensino formal esteja associado à história e à cultura do negro brasileiro. – Elaborar um currículo afro-brasileiro para as escolas alternativas e como subsídio para as escolas formais. Estimular a produção de material didático anti-racista, em especial para os cursos de Magistério e Pedagogia. – Desenvolver projetos para crianças e adolescentes onde a educação e a cultura sejam enfocadas como forma de resistência, organização e resgate da negritude. – Desenvolver, orientar e ministrar cursos, palestras, seminários dirigidos à comunidade escolar³.

Além do mais uma agenda de luta foi estabelecida: “contra a discriminação racial nas escolas e por melhores condições de ensino”, pela “inclusão da disciplina História da África e do Povo Negro no Brasil nos Currículos Escolares”, “por um ensino voltado para os valores e interesses do povo negro e de todos os oprimidos” e “por um Ensino Público e Gratuito em todos os níveis”.⁴

Em Goiás, até o início dos anos 1990, os meios de comunicação pouco ou quase nada noticiaram a organização e a luta do povo negro. Os artigos e ensaios de Martiniano Silva, um advogado e historiador autodidata goiano, e ativista do movimento negro, são quase as únicas aparições desse contra-discurso negro. Em geral, os artigos e imagens se restringiram a momentos como o 13 de maio e o 20 de novembro.



Imagem 5 - Kâteca

Jornal *O Popular*, Goiânia, 14 de maio de 1988, p. 2B.

As tiras de *Kâteca*, o personagem “índio”, do quadrinista Britvs, muitas vezes mesmo querendo denunciar acaba reproduzido imagens depreciativas do negro. Fato que levou a uma ação contra o quadrinista e jornal movidos pelo Movimento Negro de Goiás.

³ Retirado do Programa de Ação do MNU, Aprovado no IX Congresso Nacional em Belo Horizonte, 13 a 15/04/1990. In: Documentos Básicos do MNU, Salvador – Bahia – 1992, pp. 04-24.

⁴ Idem.

Percebemos que a partir de 1993 nas datas de 13 de maio, ou 20 de novembro, as tiras de *Kàteca* não apareciam no jornal⁵.

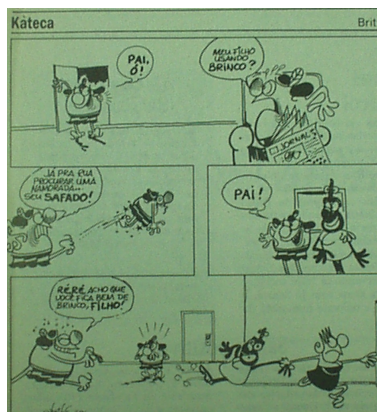


Imagem 6 - Kàteca
Jornal *O popular*, 15 de maio de 1993, p. 4B.

O Popular de 13 de maio de 1988 traz à capa em destaque um quadro exposto através de uma imagem o protesto do MNU no Rio:



Imagem 7 - Protesto do MNU.
Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, capa.

A legenda da foto do protesto põe em dúvida a existência de racismo no Brasil: “O protesto público do MNU contra o racismo que diz ainda existir no País”. O discurso do jornal coloca o MNU numa posição de inventora de uma prática não existente no país. Para a linha editorial do jornal e seus leitores, composta pelas classes média e alta, o racismo seria algo inconcebível.

Para concluir nos serve a mesma conclusão de Florestan Fernandes para o racismo no Brasil, havendo aqui um “preconceito de ter preconceito”. Assim a realidade retratada através das notícias vinculadas pelo jornal de maior circulação no Estado de Goiás servem para demonstrar o escamoteamento e a sutileza do racismo que perpassa os meios de comunicação.

⁵ Infelizmente não buscamos maiores comprovações a respeito da ação e de seus desdobramentos. O que sabemos é que o quadrinista continua desenhando suas tiras para o jornal.

Referências bibliográficas:

- ALBERTO, L. O humano direito à identidade. In: OLIVEIRA, D. D. de; et al.(orgs.). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1998, pp. 61-70.
- ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: O negro na Telenovela Brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena R. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1990.
- FONSECA, Maria Nazareth S. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira. In: (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 76-104.
- NASCIMENTO, Abdias do. Prefácio. In.: OLIVEIRA, Dijaci D. de; et Ali.(orgs.). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1998, pp. 11-13.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais : colonialidade , saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- OLIVEIRA, Dijaci D. de; et al.(orgs.). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1998.
- PAIXÃO, Marcelo J. P. *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montranha-russa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. (Coleção Virando séculos: 7)
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VALENTE, Ana Lúcia E. Farah; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Movimentos Sociais: os negros, cultura e resistência*. In: CONSORTE, Josildeth Gomes; COSTA, Márcia Regina da (orgs.). *Religião, política, identidade*. São Paulo: EDUC, 1988, pp. 133-141.